



UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REGULAÇÃO DA INDÚSTRIA DA
ENERGIA

AILTON CARDOZO DA SILVA JÚNIOR

A REGULAÇÃO JURÍDICA DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO NO
BRASIL

O risco regulatório na indústria de petróleo brasileira e a tendência da
jurisprudência das cortes judiciais

Salvador
2006

AILTON CARDOZO DA SILVA JÚNIOR

REGULAÇÃO JURÍDICA DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO NO BRASIL

O risco regulatório na indústria de petróleo brasileira e a tendência da jurisprudência das cortes judiciais

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Regulação da Indústria de Energia, Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Sena Gomes Teixeira

Salvador

2006

S587 Júnior Silva, Ailton Cardozo da
A regulação jurídica da indústria de petróleo no Brasil - O risco regulatório na indústria de petróleo brasileira e a tendência da jurisprudência das cortes judiciais/ Ailton Cardozo da Silva Junior. – Salvador : UNIFACS, 2006.

99 f.; 29 cm.

Orientador: Professor Dr. Leonardo Sena Gomes Teixeira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Salvador, 2006.

1. Direito. 2. Regulação Jurídica. I. Universidade Salvador. II Teixeira, Leonardo. III Título.

CDU : 340

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos nunca serão suficientes para aqueles que me ajudaram nessa empreitada que é escrever uma dissertação de mestrado sem abandonar os afazeres da profissão.

O primeiro agradecimento vai como um louvor, a Deus, mãe e pai de todos, supremo criador de todas as coisas, desse que a essa hora da noite escreve esse texto, das curvas dessas palavras e dos sinais binários que a escrevem nesse computador.

Agradeço também à Julieta, minha amada esposa, amiga e companheira de jornada, por tudo; aos meus pais, minhas irmãs e à Maria Antônia; aos meus amigos, em especial a Genivaldo Barbosa dos Santos e Fernando Neves; à minha amiga Thareja Fernandes pela ajuda na correção gramatical e pela amizade.

Agradeço ao Professor Leonardo meu orientador pelo apoio, ajuda, incentivo, paciência e, principalmente, pela incrível pessoa humana que é. Vida longa.

Acredito que cada um dos nossos atos tem uma dimensão universal. Por causa disso, a disciplina ética, a conduta íntegra e um discernimento cuidadoso são elementos decisivos para uma vida feliz e significativa. Quando negligenciamos o bem estar dos outros e ignoramos a dimensão universal dos nossos atos, fazendo uma distinção entre os nossos interesses e os interesses dos outros, não nos damos conta da uniformidade da família humana”

Sua Santidade Tenzin Gyatso – O décimo quarto Dalai Lama do Tibet.

RESUMO

A presente dissertação tem como propósito fundamental analisar os principais aspectos da regulação jurídica do novo setor de petróleo no Brasil. Pretende-se, ainda, valendo-se da análise das decisões judiciais proferidas pelas Cortes de Justiça do país, avaliar o posicionamento judicial diante das normas que compõem o marco regulatório do setor, bem como diante dos atos praticados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível. Para a contextualização do tema, a dissertação aborda as normas editadas para a consolidação do marco legal regulatório do setor de petróleo e, por fim, conclui que a atuação do Poder Judiciário, principalmente em face das decisões de suas cortes superiores, tem sido elemento estabilizador do marco regulatório, e, portanto, tem contribuído para minorar o risco regulatório do setor de petróleo.

Palavras-chave: Petróleo. Regulamentação econômica. Regulamentação jurídica. Poder Judiciário. Combustível.

ABSTRACT

The present dissertation has as basic intention to analyze the occurred judicial regulatory of new brazil oil sector. It was intended, being valid the analysis of the judicial review pronounced by the Courts of Justice of the Country, to ahead evaluate the jucicial positioning of the norms that composes the regulatory landmark of the sector as well as ahead of the acts practised for the Brazil National Agency of Oil. On the other hand, it demonstrated that the decisions pronounced for the Courts of the Country in economic substance have been lined up with the choices of the Executive, indicating elements that contribute for such phenomenon. The subject the dissertation approaches the norms edited for the consolidation of the regulatory landmark of the oil sector and, finally, it concludes that the performance of the Judiciary Power in Brazil, mainly in face of the decisions of its Superiors Courts, has been stabilizing element of the regulatory landmark, and, therefore, it has contributed to reduce the regulatory risk of the oil sector.

Keywords: Law. Economy. Economic regulation. Legal regulation. Judicial Behavior. Regulatory Risk.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Organograma de Alísio J. M. Vaz	52
Figura 2	Organograma da Indústria do Gás	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CEL	Comissão Especial de Licitação
CF	Constituição Federal
CIDE	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico
CNP	Conselho Nacional de Petróleo
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
DNC	Departamento Nacional de Combustíveis
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IGPM	Índice Geral de Preços do Mercado
PPE	Parcela de Preços Específico
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S/A
PRÓ-ALCOOL	Programa Nacional do Alcool
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
SICAE	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TRF	Tribunal Regional Federal
TST	Tribunal Superior do Trabalho
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A REGULAMENTAÇÃO ESTATAL DOS MERCADOS	15
2.1	ASPECTOS CONCEITUAIS DA REGULAÇÃO ECONÔMICA DOS MERCADOS	15
2.2	A REGULAÇÃO ECONÔMICA E A REGULAÇÃO JURÍDICA – SISTEMAS INTERDEPENDENTES.	17
2.3	A REGULAÇÃO JURÍDICA E A ATIVIDADE ECONÔMICA	20
2.3.1	A regulação jurídica e o ordenamento constitucional brasileiro	21
3	A REGULAÇÃO DO SETOR PETROLÍFERO NO BRASIL	25
3.1	A REGULAÇÃO DO SETOR DE EXPLORAÇÃO	35
3.1.1	A licitação para a concessão de exploração dos campos petrolíferos	38
3.1.2	O contrato de concessão para a exploração de campos petrolíferos	41
3.2	O SETOR DE PRODUÇÃO DE DERIVADOS	45
3.2.1	O Refino	45
3.2.2	Os Formuladores	48
3.3	O SETOR DE DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS	50

3.4	O GÁS NATURAL	56
3.4.1	A natureza jurídica da Autorização Administrativa	60
3.4.2	A especificação e qualidade do gás natural	65
3.4.3	Livre acesso aos gasodutos	66
4	O RISCO REGULATÓRIO NA ATUAL INDÚSTRIA DE PETRÓLEO BRASILEIRA E A TENDÊNCIA ATUAL DA JURISPRUDÊNCIA DAS CORTES JUDICIAIS NO BRASIL	71
4.1	O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	71
4.2	O RISCO REGULATÓRIO	73
4.3	O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO E O RISCO REGULATÓRIO	77
4.4	A TENDÊNCIA JURISPRUDENCIAL DAS CORTES JUDICIAIS BRASILEIRAS E A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO.	80
4.4.1	O Supremo Tribunal Federal e o atual setor de petróleo no Brasil.	82
4.4.2	O Superior Tribunal de Justiça e o atual setor de petróleo no Brasil.	88
4.4.3	Os Tribunais Regionais Federais e o atual setor de petróleo no Brasil	89
5	CONCLUSÃO	93
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

